



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**LEI N. 5.735, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021.**

**AUTORIZA** o Poder Executivo a criar políticas públicas de Patrulha Rural.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**

**DECRETA:**

**Art. 1º** O Poder Executivo fica autorizado a criar políticas públicas de Patrulha Rural a fim de estabelecer mecanismos para a efetivação de policiamento ostensivo específico para a zona rural.

**Parágrafo único.** O policiamento rural terá como objetivo a busca de soluções dos problemas afetos à ordem pública na zona rural, principalmente em questões de segurança pública.

**Art. 2º** A Secretaria de Segurança Pública, a quem compete o desenvolvimento de ações de segurança pública, fica autorizada a:

**I** – criar, instituir e organizar unidades de patrulhamento rural que poderão estar vinculadas à Polícia Militar;

**II** – sistematizar a coleta de informações que proporcionem condições para melhor direcionamento e emprego operacional do contingente;

**III** – incorporar as informações registradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) nos sistemas informatizados da Polícia Militar, para maior agilidade e precisão no atendimento de ocorrências;

**IV** – estabelecer a composição das patrulhas rurais, tanto do ponto de vista humano quanto material;

**V** – regulamentar a atividade do contingente e as ações do patrulhamento rural.

**Art. 3º** O policiamento rural poderá ser priorizado junto às áreas de maior incidência delituosa.

**Art. 4º** A Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Estado e da Produção Rural poderão firmar convênios com associações e outras instituições representativas da sociedade civil organizada para viabilização de meios necessários para o melhor funcionamento das Patrulhas Rurais.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.